

Encaminhamento de Denúncia

URGENTE!

João Pessoa, 26 de janeiro de 2022

Exmo. Sr.

José Guilherme Ferraz da Costa

AO PROCURADOR CHEFE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NA PARAÍBA

Assunto: Segurança Pública

Excelentíssimo Srº Procurador Chefe,

TARCIO HOLANDA TEIXEIRA, Assistente Social, CRESS/PB nº 3296, vem, a ilustre presença de Vossa Excelência, amparado nas disposições previstas na nova Lei nº 14.197/2021, que estabelece os crimes contra o Estado Democrático de Direito, requer providências por parte do Parquet Federal, diante dos gravíssimos fatos que passa adiante a relatar.

Como se sabe, douto Procurador, a nova Lei nº 14.197/2021, que revogou a antiga Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170/83), estabeleceu tipos penais que objetivam combater atentados contra a manutenção e a estabilidade do Estado Democrático de Direito, que é a um só tempo, não apenas garantia constitucional, mas sim baliza, farol e eixo central de equilíbrio das relações socioestatais, assegurada na Carta Política de 1988, e que deve orientar o funcionamento do Estado e da sociedade em suas relações.

Os fatos que se traz ao conhecimento do MPF neste instante, inequivocamente, violam o texto constitucional, pois buscam através do uso da força, fragilizar de algum modo o Estado Democrático de Direito, comprometendo o pleno funcionamento das instituições democráticas, por meio de incitação ao confronto entre Policiais Militares do Estado da Paraíba e facções criminosas que atuam no Estado, promovendo assim instabilidade social, colocando em risco toda a população, e mais que isso, buscando comprometer o regular funcionamento de serviços públicos essenciais, como são os serviços de segurança pública.

Conforme amplamente veiculado na mídia local do Estado da Paraíba, inclusive por meio de vídeos e Declarações feitas na última segunda-feira dia 24/01/2022 pelo próprio Governador do Estado, as informações e relatos que seguem em anexo¹, dão conta de que facções criminosas e Policiais Militares declararam guerra, e que poderia haver no próximo final de semana, sobretudo na cidade de João Pessoa, um verdadeiro derramamento de sangue, que por sua vez, além de poder causar uma grande convulsão social, pode também fomentar e consolidar a formação de grupos de extermínio e reestruturação de grupos criminosos, comprometendo assim a segurança de toda a população do Estado.

O clima instalado nesse instante entre alguns policiais militares e facções criminosas é de tal gravidade que, segundo as informações registradas nos prints e documentos em anexo, circula nos grupos de policias militares mensagens (anexo) ameaçando de morte detentos, familiares de detentos em momentos de visita e até mesmo a comunidade de forma geral, tudo isso capitaneado por um grupo de policiais que se auto intitula "A ORDEM".

1 Link de acesso aos vídeo e prints: <https://drive.google.com/drive/folders/1Z6-rDnCexNHAe8HaJHhkv0Z0LxDiUc3b?usp=sharing>



É de se registrar, inclusive, que o ônibus incendiado no Bairro de Mangabeira em João Pessoa no último domingo dia 23/01/2022, é uma decorrência dessa disputa entre grupos de policiais militares e facções criminosas que atuam na cidade, conforme se evidencia dos print's em anexo: "o respeito aos policiais agora vai ser pelo medo da morte".

É importante destacar que em meio a esse acirramento entre policiais e grupos criminosos, está em curso atualmente um movimento de Policiais e Bombeiros Militares reivindicando, legitimamente, benefícios e reposições salariais por parte do Governo do Estado, conforme amplamente divulgado pela imprensa local, tendo inclusive sido realizada nas últimas semanas mobilizações, passeatas e protestos por parte dos PMs em João Pessoa, conforme se demonstra das matérias jornalísticas e vídeos que instrumentalizam essa representação.

Pois bem. O fato é que alguns policiais militares, no afã de concretizarem suas legítimas reivindicações junto ao Governo do Estado, estão promovendo distúrbios e atos de absoluta delinquência, coagindo e pressionando colegas de farda a não trabalharem, ao tempo em que se somam pelas periferias da região metropolitana de João Pessoa, uma verdadeira carnificina, com a execução sumária de várias pessoas, gerando por via de consequência reação por parte das facções criminosas, que por sua vez colocam toda a população em risco e em estado de vulnerabilidade.

As cenas que constam nos vídeos que seguem em anexo, douto Procurador, dão conta de um cenário de guerra nas periferias da cidade, de uma barbaridade absoluta, cenas de execução, truculência e força bruta, de uma espécie de terra sem lei, onde confrontar e medir força parece ser o senso comum entre policiais e criminosos.

Apostam estes policiais no caos, na desordem, no clima de instabilidade e de descontrole, com pretensões de, uma vez disseminado esse clima de terror, favorecer suas reivindicações.

Douto Procurador. Alguns policiais militares que lideram o movimento, conforme farta documentação em anexo, estão deliberadamente coagindo colegas de farda para não atuarem nos plantões extras, expondo seus nomes em grupos de whatsapp e pressionando quem quer livremente exercer sua função. Além de mensagens enviadas para os telefones privados dos policiais que estão fazendo plantão extra, e que por motivos de segurança não querem se identificar, o grupo de policiais que lidera o movimento vem colocado nos grupos WhatSaap dos policiais a quantidade do efetivo, de viaturas e os territórios que tem o policiamento do dia, além do nome do policial que estar fazendo extra naquela escala de serviço, em sinal inequívoco de coação e constrangimento aos policiais que querem livremente exercer seu ofício.

Tais condutas acabam identificando quem está de serviço extra naquele dia, expondo para o restante da categoria que participa do movimento "Polícia Legal", causando constrangimento, medo e receio de uma reação por parte das lideranças do movimento, provocando assim baixa constante no efetivo policial.

Este fato, além de se configurar como coação ilegal por parte de pessoas que não conseguiram convencer os demais policiais por meio do debate franco de ideias, ainda coloca em risco toda população da Paraíba, em especial a da capital e região metropolitana, já que os mesmos que fazem essas ameaças aos colegas de farda, sabem perfeitamente que o clima de acirramento que está instalado entre policiais e membros de organizações criminosas, pode desencadear para um cenário de violência e descontrole institucional na área de segurança bem maior do que o que já está ocorrendo em nosso Estado.



Especula-se uma contraofensiva por parte das organizações criminosas para o próximo final de semana, de 28/01/2022 a 30/01/2022, em resposta a morte de vários integrantes destas organizações em conflito com a Polícia Militar nas últimas semanas, conforme se demonstra a partir dos próprios vídeos produzidos e distribuídos em grupos de policiais no WhatsApp.

Estando o efetivo da Polícia Militar reduzido nesse momento, em razão da greve branca estimulada por alguns policiais, como forma de pressionar o Governo do Estado a acatar as suas reivindicações, e considerando o acirramento entre grupos de policiais militares com membros de organizações criminosas nas últimas semanas; considerando ainda as declarações que vem sendo veiculadas em grupos de WhatsApp de PMs e de representantes de facções criminosas, é razoável se imaginar que a sociedade como um todo fica, diante deste contexto, submetida a um elevado grau de exposição e vulnerabilidade.

Os fatos aqui denunciados, douto Procurador, comportam não apenas apuração mais aprofundada das responsabilidades, no sentido de identificar as lideranças deste movimento que busca no âmbito da corporação, por via transversa, desestabilizar a ordem de uma unidade federativa, apostando no caos e no terror como forma de fazer valer suas reivindicações.

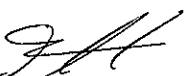
Soma-se a tudo isso, a politização partidária desse movimento capitaneado por alguns policiais militares, vinculados ao Deputado Estadual Cabo Gilberto, uma das lideranças desse movimento e que em áudio que segue disponibilizado junto com esta representação, deliberadamente estimula e invoca seus pares a não trabalharem, não realizarem plantões extras, não irem as ruas com as respectivas viaturas, como se fosse e tivesse a autoridade e legitimidade de um verdadeiro Comandante Geral da PM no Estado.

Os fatos aqui narrados, por certo, atraem a competência do MPF para atuar no caso, sobretudo por envolver tema que se relaciona com a estabilidade de instituições democráticas e com a própria manutenção do Estado Democrático de Direito.

POR TAIS RAZÕES, é o presente expediente para dar ciência plena a Vossa Excelência sobre os gravíssimos fatos que chegaram ao nosso conhecimento, esperando que providências junto ao setor de inteligência deste órgão possam ser adotadas, visando impedir ou se antecipar contra as possíveis consequências decorrentes dos fatos aqui enumerados, inclusive promovendo, se este for o entendimento desse órgão fiscal da lei, eventuais responsabilizações e proposituras de ações penais, cíveis ou administrativas contra aqueles que atentam contra a estabilidade do Estado Democrático de Direito nesta unidade federativa, e que sabotam serviço essencial com é o da segurança pública.

Solicita ainda, em grau de diligência e com a urgência que o caso reclama, que se oficie o Comando Geral da Polícia Militar do Estado da Paraíba, para que apresente de forma circunstanciada relatório sobre o efetivo policial nas ruas para este próximo final de semana, como também apresente a relação do efetivo em serviço nas últimas quatro, visando assim confrontar a quantidade de policiais nas ruas e analisar os efeitos deste movimento inconstitucional capitaneados por alguns policiais militares do Estado da Paraíba.

Respeitosamente,


TÁRCIO HOLANDA TEIXEIRA
Assistente Social - CRESS/PB nº 3296

Contatos: 83-996177517 – tarciohteixeira@gmail.com